



ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e doze, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da
3 AGERBA, teve início a 9ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental – CCA, conduzida
4 pela Sra. Tatiany de Andrade Oliveira, suplente da presidência. Estiveram presentes os seguintes membros:
5 Elba Alves da Silva, representante da Diretoria de Políticas e Planejamento Ambiental – DIPPA; Cristiana
6 Sousa Vieira, representante suplente da Superintendência de Estudos de Pesquisas Ambientais – SEP; Ruy
7 Couto Tourinho, representante suplente da Coordenação de Ações Estratégicas – COAES; Anna Verônica
8 Szabo e Marcelo Almeida Senhorinho, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto de
9 Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA; José Augusto Saraiva Peixoto, representante suplente do
10 Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; e Leila Márcia Souza Oliveira, representante suplente,
11 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH; presentes, o Consultor Boris Alexandre Cesar e
12 convidados. Constarão da Pauta: 1) Leitura da Ata da 8ª reunião da CCA; 2) Apresentação e Avaliação:
13 Consolidação e Territorial e Programa de Regularização Fundiária em UC 3) Avaliação: Escolha de
14 membro da CCA para o GT de Metodologia e Regimento Interno; 4) Informes: TCCA firmados e
15 andamentos das atividades; 5) O que ocorrer. Após apresentação da pauta, a Sra. Leila Oliveira disse que
16 não conseguiu abrir o arquivo Ata da 8ª reunião enviado por email, por este motivo pediu o adiamento da
17 aprovação da Ata; Ficou consensuado entre os membros a aprovação na próxima reunião. A Sra. Tatiany
18 falou sobre o Termo de Referência para contratação de uma empresa para elaboração da metodologia de
19 gradação do impacto da Compensação Ambiental, explicou que já foi encaminhado para o Projeto
20 Corredores Ecológicos e está aguardando a não objeção da Unidade Gerenciadora do Projeto que realizará a
21 licitação e contratação. Foram escolhidos como representantes desse GT, o Sr. José Augusto Saraiva
22 Peixoto, representante do CEPRAM e a Sra. Leila Márcia Souza Oliveira representante do CONERH. A
23 Sra. Tatiany comentou sobre a proposta de alteração do Regimento Interno da Câmara de Compensação
24 Ambiental, na sua composição e atribuições, considerando a modificação na estrutura organizacional da
25 Secretaria de Meio Ambiente pela Lei Estadual nº 12.212 de 04 de Maio de 2011 e a alteração da Lei
26 10.431/2006 pela Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011, ficou definido para próxima reunião uma
27 discussão sobre as possíveis alterações do RI e a proposta de ampliar a participação na CCA inserindo a
28 representação dos Municípios, do decreto regulamentador da Lei 10.431/2006. O Sr. Boris Alexandre
29 palestrou sobre “Câmara de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária de Unidades de
30 Conservação, destacou aspectos importantes no cenário atual como: políticas voltadas para a conservação
31 da biodiversidade, o aumento de áreas protegidas mediante a criação de novas Unidades de Conservação,
32 Acordos Internacionais voltados para a conservação da biodiversidade, dentre eles o firmado na
33 “Convenção de Nagoya” e enfatizou que não basta firmar acordos de ampliação de área protegida, elas
34 devem ser bem geridas, consolidadas e implantadas. A apresentação abordou sobre o Sistema Nacional de
35 Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define a Regularização Fundiária das UC’s como
36 prioridade absoluta para a destinação de recursos de Compensação Ambiental, e os fatores que dificultam a
37 promoção da regularização fundiária mesmo com recursos disponíveis como: a complexidade da questão
38 fundiária no Brasil, o baixo conhecimento sobre as unidades de conservação, o foco exclusivo e limitado na
39 compra de terras, a ausência de marco jurídico e regulatório, a falta de capacidade operacional dos órgãos
40 gestores das unidades de conservação, os fluxos indefinidos e com baixo nível de comprometimento e as
41 diversas interpretações nos setores governamentais para Regularização Fundiária; falou sobre o conceito de
42 “Consolidação Territorial de Unidades de Conservação” e apresentou a proposta do Programa Estadual,
43 detalhando as ações estruturantes, ações meio e ações finalísticas; disse que, quando se fala do universo das

44 ações de regularização fundiária, trata-se dos parques, e estações ecológicas na Bahia, porém quando se
45 fala em consolidação territorial o universo passa a ser o conjunto de todas as unidades de conservação;
46 discorreu sobre o Termo de Referência para contratação de serviços especializados para elaboração do
47 Marco Regulatório, contratação de serviços especializados para fortalecimento institucional do Núcleo de
48 Regularização Fundiária e contratação de serviços especializados para trabalhos técnicos de Instrução
49 Processual e demais ações para a Consolidação Territorial em sete UC's, parte integrante do Programa
50 Consolidação Territorial de Unidades de Conservação – PCTU; finalizou falando dos desafios e propostas
51 da Compensação Ambiental para definição e adoção de critérios e procedimentos para melhor aplicação do
52 recurso. O Sr. José Saraiva questionou se existia verba para fiscalização. O Sr. Boris Alexandre elucidou
53 que não é papel da Câmara financiar compra de materiais, que é importante estruturarem programas de
54 Proteção e Fiscalização, disse que em São Paulo, por exemplo, a tendência é evitar financiar UC's que
55 ainda não tem plano de manejo, mesmo assim, algumas ações são efetivadas nessas áreas, como:
56 Regularização Fundiária, Programa de Proteção e Fiscalização, contratando serviços terceirizados de
57 vigilância, proteção, construção de guaritas e bases de proteção integrada. A Sra. Leila Oliveira ponderou
58 sobre a priorização da Regularização Fundiária, assim como a questão da conservação, que são elementos
59 considerados quando se prioriza um recurso para determinada Unidades de Conservação, dessa forma, só
60 pode discutir novos TR's depois de elencar as UC's e os recursos. A Sra. Tatiany Andrade esclareceu que,
61 por enquanto, o que existe é uma proposta de ação, um planejamento macro; disse também que o INEMA
62 vai lançar o Programa de Consolidação Territorial das Unidades de Conservação, que os critérios de
63 priorização estão focados nas diretrizes, através de uma normatização que deverá ser construída, que é a
64 Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC, quem vai planejar e determinar as ações, com
65 fundamento em informações levantadas de cada UC. A Sra. Leila Oliveira falou que quando a Câmara
66 definir priorizar Regularização Fundiária, ainda assim, o recurso seria aplicado na área onde houver maior
67 pressão. O Sr. Boris Alexandre argumentou que atualmente existe um grande desvio de objetivo, um
68 equívoco, onde executam os processos na ordem de montagem, e não na ordem de prioridade; destacou que
69 na elaboração do plano de “Consolidação Territorial”, por exemplo, devem-se contemplar os critérios de
70 prioridades. A Sra. Tatiany Andrade deu continuidade a pauta com os informes. Falou sobre o andamento
71 das atividades do GT da metodologia da gradação, do GT da Regularização Fundiária e as ações em
72 execução: revisão do plano de manejo APA Joanes/Ipitanga, a destinação do recurso da Foz do Jaguaribe
73 para o Parques Metropolitanos de Pituaçu e Abaeté, a entrega do 3º produto e a finalização da execução da
74 Compensação Ambiental, a assinatura do Termo de Compromisso com a Petróleo Brasileiro S/A, Terminal
75 de Regaseificação da Bahia – TRBA, publicado no Diário Oficial dia 29 de Fevereiro de 2012, com valor
76 de R\$ 5.247.100,00 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil e cem reais), aguardando proposição de
77 destinação. A Sra. Leila Oliveira questionou sobre o estudo de lançamento de efluentes na bacia da APA
78 Joanes/Ipitanga. A Sra. Tatiany Andrade explicou que essa é uma ação que não pode ser feita com recurso
79 da Compensação Ambiental, lembrou que essa foi uma questão levantada e esclarecida na 7ª reunião; disse
80 que a Câmara pode fazer um encaminhamento e provocar as diretorias responsáveis pela fiscalização e
81 dispensa de outorga. A Sra. Leila Oliveira interrogou se é impeditiva a destinação de parte do recurso da
82 CA para APA, pois esperar que exista verba para fazer um levantamento desse porte numa APA, através
83 dos recursos do INEMA, é trabalhar em ações dentro da APA e não necessariamente resolver o problema
84 da APA, que é a poluição do Rio por lançamentos de efluentes; concluiu dizendo que se não houver
85 impedimento jurídico, esse é o caminho mais rápido para solucionar esse problema. O Sr. Marcelo
86 Senhorinho questionou sobre como seria operacionalização da fiscalização e argumentou que a fiscalização
87 não pode ser feita por contratação de terceiros, porque é atribuição específica do órgão público. A Sra.
88 Leila Oliveira enfatizou que não seria fiscalização, mas sim, um levantamento e sugeriu fazer uma consulta
89 jurídica. A Sra. Tatiany continuou os informes sobre o processo da Transmissora Aliança de Energia
90 Elétrica S/A – TAESA, Linha de Transmissão 500 KV Camaçari II, o valor informado dos custos de

91 implantação de R\$ 55.217.252,42 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e
92 cinquenta de dois reais e quarenta e dois centavos), em processo de análise dispêndios ambientais e por
93 final, Bahia Mineração, Complexo Minerário Pedra de Ferro, o valor informado dos custos de implantação
94 de R\$ 1.552.299.971,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil,
95 novecentos e setenta e um reais), aguardando agenda para definição do valor da compensação. A Sra. Leila
96 Oliveira questionou sobre a reação das empresas quanto à aplicação do 0,5% (meio por cento). A Sra.
97 Tatiany Andrade explicou que a dificuldade tem sido da apresentação da planilha de custos e dispêndios,
98 conforme Decreto Federal nº 6.848/2009 e a Resolução CONAMA nº 371/2006, completou dizendo que
99 está aguardando da DIRRE a avaliação das planilhas modelo, elaboradas de acordo com cada tipologia e
100 que farão parte dos documentos necessários para abertura dos processos de Licença de Implantação no
101 ATEND; falou também sobre o Edital de Educação Ambiental nº 001/2012 do Fundo Estadual de Recursos
102 para o Meio Ambiente – FERFA, as cidades onde foram realizadas as oficinas de mobilização do Edital nº
103 001/2012 de chamamento público para seleção de projeto de Educação Ambiental, a aprovação dos planos
104 de aplicação de recursos FERFA e FERHBA para 2012; e informou sobre a publicação dos documentos da
105 Câmara de Compensação no site da SEMA. Às dezessete horas a reunião foi encerrada pela Suplente da
106 Presidência da Câmara de Compensação Ambiental, Tatiany de Andrade Oliveira. Eu, Horácio Leal
107 Miranda, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos membros presentes na reunião:

108 Membros:

109 Tatiany de Andrade Oliveira – Suplente da Presidência

110 Elba Alves da Silva – DIPPA/SEMA (Titular)

111 Cristiana Sousa Vieira – SEP/SEMA (Suplente)

112 Ruy Couto Tourinho – COAES/SEMA (Suplente)

113 Anna Verônica Szabo – INEMA (Titular)

114 Marcelo Almeida Senhorinho – INEMA (Suplente)

115 Leila Márcia Souza Oliveira – CONERH (Suplente)

116 José Augusto Saraiva Peixoto – CEPRAM (Suplente)